



Transportadoras públicas perderam 3500 trabalhadores em cinco anos

Indemnizações custaram mais de 100 milhões de euros desde 2010. Resultados operacionais do sector foram positivos em 57,5 milhões de euros em 2014, fruto de um corte significativo nas despesas

Transportes Raquel Almeida Correia

As empresas públicas de transportes perderam 3500 trabalhadores no período de cinco anos, em grande parte fruto das medidas de racionalização impostas pelo actual Governo. As reformas no sector, acordadas com a *troika*, permitiram o reequilíbrio da operação, que culminou num resultado positivo de 57,5 milhões no final do ano passado.

De acordo com dados do Ministério da Economia, a redução dos quadros de pessoal foi de 21% entre 2010 e 2014. Dos 3466 trabalhadores que deixaram estas empresas, a maioria pertencia à CP. A transportadora ferroviária dava emprego a 5575 pessoas em 2010 e chegou ao final do ano passado com 4352 (ou seja, menos 1223). Seguem-se a Refer (com uma redução de 893 trabalhadores) e a Carris, que perdeu 596. Já a Metro de Lisboa passou de 1879 para 1536 postos de trabalho, após a saída de 343 funcionários. E, na STCP, o corte foi de 329 trabalhadores. Por fim, da Transtejo e da Metro do Porto saíram 59 e 23 pessoas, respectivamente.

A racionalização dos quadros de pessoal foi uma das medidas encontradas pelo Governo para cumprir a meta acordada com a *troika* de reequilibrar as contas do sector até ao final de 2012. O objectivo foi atingido e aprofundado nos anos seguintes. No final do ano passado, o resultado operacional, excluindo factores extraordinários, foi novamente positivo em 57,5 milhões de euros, melhorando inclusivamente face aos 6,7 milhões de 2013.

Nestes factores extraordinários inclui-se os gastos com o pagamento de indemnizações aos trabalhadores que aceitaram as rescisões por mútuo acordo. Desde 2010, as transportadoras do Estado já gastaram 101,6 milhões de euros nesta rubrica, tendo a despesa ficado em 11,1 milhões no ano passado. E o resultado atingido em 2014 ficou a dever-se, em grande parte, à redução das despesas, nomeadamente os custos com pessoal, que caíram 44,3 milhões de euros. Já as receitas subiram apenas 2%, para um total de 862,3 milhões.

A *troika* também tinha imposto uma estratégia para lidar com o endividamento do sector. Desde o ano



Barraqueiro aceitou prolongar contrato de concessão da Metro do Porto até ao final de Junho

Governo lança este mês as suas últimas privatizações

Venda da CP Carga e EMEF aprovadas este mês, seguindo-se a Carristur

O Governo vai avançar este mês com o seu último pacote de privatizações, que inclui a CP Carga, a EMEF e a Carristur. Ainda aguarda, porém, pela decisão da Comissão Europeia relativamente à venda das duas primeiras empresas, visto que apresentam resultados negativos. A aprovação do decreto-lei de privatização da CP Carga e da EMEF deverá acontecer até ao final de Março, estando já a reunir semanalmente o comité que está a preparar a venda das duas empresas e onde têm assento os assessores financeiro e jurídico escolhidos pelo Estado: o banco Big e a SRS Advogados, respectivamente.

A intenção do Governo é alienar estas empresas a 100%, mas neste momento ainda se

aguarda por uma decisão de Bruxelas, embora o executivo acredite que não irá opor-se à privatização. No que diz respeito à EMEF, o Governo entende que "o risco [de oposição de Bruxelas] está contido", referiu o Ministério da Economia, acrescentando que "continua a ser feito trabalho sobre a situação da CP Carga". De qualquer forma, considera que já existe "conforto" para avançar com a aprovação da venda, com a expectativa de que esteja concluída até ao final de Junho.

Do pacote das últimas privatizações faz ainda parte a Carristur, que gera lucros. Neste caso, a intenção do executivo é que a venda aconteça até ao final de Julho, estando neste momento em curso a contratação dos assessores financeiro e jurídico.

A administração da empresa já foi mandatada para iniciar os procedimentos necessários com vista à operação.

Em relação à venda da TAP, que o Governo pretende concluir até ao fim do primeiro semestre, estão em curso encontros com os candidatos, estando agendada a entrega das propostas vinculativas para 15 de Maio. "Não contamos fazer alterações a essa data. A partir daí poderá haver um período de negociação para melhoria das propostas, mas não é certo que seja utilizado pelo Governo", explicou fonte do Ministério da Economia. De acordo com informações veiculadas pelo jornal brasileiro Panrotas, sete investidores assinaram o acordo de confidencialidade para ter acesso a informação que lhes permita concorrer à privatização.

passado que têm sido feitas injeções de capital nestas empresas, que se prevê que atinjam 8500 milhões de euros até ao final de 2015.

De acordo com os dados do Ministério da Economia, a Estradas de Portugal é a empresa que mais dinheiro tem recebido, num total de 3075 milhões. Na Refer foram injectados 2886 milhões e, na Metro de Lisboa, outros 1624 milhões. A CP recebeu 751 milhões, a Carris 122 milhões, a Transtejo 32 e a STCP 20 milhões de euros. Estes empréstimos têm servido para o Estado se substituir à banca, permitindo um financiamento a condições muito mais vantajosas.

Prorrogação no Porto

O Governo viu-se obrigado a pedir ao actual concessionário da Metro do Porto, cujo contrato terminava a 31 de Dezembro, para ficar não três, mas seis meses a mais com a operação da transportadora. As partes já chegaram a um entendimento sobre esta prorrogação, que, de acordo com informações do Ministério da Economia, vai verificar-se "por mais três meses", depois de o fim do contrato já ter sido adiado uma vez, para 31 de Março. Ou seja, o actual concessionário só deixará a Metro do Porto no final de Junho.

A decisão está relacionada com "os timings previstos para a assinatura do contrato" com o novo concessionário, o consórcio TMB/Moventis, que está prevista para Abril. A mesma fonte justificou a decisão com as acções que têm sido interpostas para suspender o concurso. "Não ajudam porque, cada vez que há uma providência cautelar, o prazo pára. São manobras dilatórias", afirmou.

Ao que o PÚBLICO apurou, trata-se ainda de um acordo de princípio com a Barraqueiro, que, quando se deu o primeiro adiamento por três meses, veio afirmar que não aceitaria uma nova prorrogação. No entanto, o grupo teve de recuar nesta decisão, pela ruptura que essa recusa significaria e pelo facto de estar a avaliar uma candidatura às concessões dos transportes públicos em Lisboa.

À semelhança das concessões no Porto, que além da Metro englobam ainda a STCP, haverá um concurso em Lisboa (para a Metro de Lisboa e para a Carris), que o Governo prevê lançar esta semana e concluir até Julho.



Em 5 anos, saíram 3500 trabalhadores das transportadoras

Indemnizações custaram ao Estado mais de 100 milhões de euros desde 2010 **p18**